

REBELDES E ALIENADOS: A “ENSINAGEM”¹ NA COMUNICAÇÃO

Jacques Akerman

Psicólogo, Psicanalista e
Professor da FCH/FUMEC

Rebeldes e Malditos foi uma coleção lançada pela Editora LPM, em 1983, em que figuravam autores como Baudelaire, Artaud, Rimbaud e outros com a marca de terem, através da sua obra, interferido no seu tempo e legado uma herança revolucionária que questionava decididamente alguns cânones de poder e de saber da ciência e da arte. Que não haja, portanto, confusão, mas que se deixe anunciada uma perspectiva onde nossos devaneios possam passear.

“Rebeldes” foi o termo utilizado por alguns alunos do Curso de Comunicação Social da habilitação em Jornalismo para designar como se representam do ponto de vista de uma marca identitária; e “alienados” foi como se apresentaram alguns outros da habilitação em Publicidade e Propaganda. É preciso esclarecer que não se procedeu a estudo minimamente rigoroso para colher essa preciosa informação. Tratou-se exclusivamente de conversas informais e trabalhos em sala de aula, ficando, portanto, esses “dados”, sujeitos a objeções de toda ordem. Obviamente o interesse em escutar, nessa direção, parte das inquietações vivenciadas e compartilhadas no exercício da docência para a formação de jornalistas e publicitários.

Utilizando de outra importante fonte de informações para a reflexão sobre o Curso de Comunicação Social da FUMEC, as conversas na sala dos professores, podemos afirmar que há um certo clima de perplexidade entre alguns professores com a falta de compromisso, interesse e cumprimento de regras acadêmicas básicas por parte dos alunos. Para sair da perplexidade, uma série de hipóteses, com diversos matizes, têm sido levantadas:

- O problema estaria mais localizado nas disciplinas teóricas, uma vez que, os alunos demandam uma maior instrumentalização da sua formação através de atividades práticas que lhes apresentem de forma mais palpável o “mundo do trabalho”;
- Essa demanda reproduz uma tendência contemporânea calcada na razão instrumental que visa à formação de técnicos especialistas que “sabem cada vez mais sobre cada vez menos”, desconhecendo o contexto sócio-histórico onde estão inseridos;
- Os alunos são representantes do perfil subjetivo desenhado pelo capitalismo avançado que pretende a constituição de consumidores vorazes, alienados, imediatistas e infantilizados;
- A estrutura do curso não permite que os alunos interfiram na sua formação, pois oferece “pacotes” de disciplinas por períodos, não

oferece disciplinas optativas e não permite a matrícula em disciplinas eletivas (em outros cursos da FUMEC), gerando uma relação alienada de base;

- Haveria um certo esgotamento do modelo “aula expositiva/ trabalhos de grupo/ seminários/ avaliações”, e os professores não dispõem de assessoria pedagógica que possibilitaria a construção de alternativas didáticas que tornassem o processo de “ensinagem”/aprendizagem mais interessante e efetivo;
- No território da disciplina, entre a complacência e o autoritarismo, os professores estariam com dificuldade de encontrar a justa medida para o exercício da autoridade;
- O curso não construiu um “estilo”, uma marca mais homogênea, em relação a critérios claros de avaliação e disciplina.

Os pontos levantados acima indicam apenas algumas vertentes de análise selecionadas, de forma tendenciosa, da riqueza dos debates que se realizam nos corredores entre um café e outro.

Entre os alunos que se sensibilizam com o tema, também há hipóteses. As mais correntes são:

- O vestibular é muito fácil;
- Os alunos vêm para a faculdade somente porque é uma exigência dos pais;
- Alguns colegas não sabem o que estão fazendo no Jornalismo ou na Publicidade – na verdade queriam outro curso;
- O curso, até o 4º período pelo menos, não oferece disciplinas práticas.

Ainda sobre a palavra dos alunos, dispomos de dados referentes a trabalho acadêmico de levantamento realizado na disciplina de Estatística² na habilitação de Publicidade: 81% dos alunos afirmaram ler de uma a três revistas por semana, sendo que, 77% das respostas apontam a revista “Veja” como a mais constante. Entre a casa e o cinema, 56% preferem ficar em casa. Dos alunos que passeiam com uma boa frequência, 55% vão a bares, seguido da casa dos amigos (15%), e do shopping (15%). 86% concluíram o ensino médio em Belo Horizonte, e 95% são provenientes de escolas particulares. 83% dos alunos têm de 19 a 22 anos. Nas razões de escolha em prestar o vestibular na FUMEC temos:

MOTIVOS	%
Conceituada	13
Ambiente agradável	4
Fácil acesso	27
Sem razão	13
Vestibular de uma etapa	4
Gente bonita	4
Infra-estrutura	18
Única que passou	13
Vestibular semestral	4
TOTAL	100

Estes dados apontam, numa primeira visada, um perfil de aluno adolescente (tardio?), que obtém informações e análises das notícias do seu tempo na revista “Veja” (órgão aderido ao ideário neoliberal?), com poder aquisitivo situado na ou acima da classe média, posto que é oriundo de escolas de nível médio particulares e morador da zona centro-sul da cidade e que se diverte nos bares. Pode-se considerar que mesmo alinhado com o nosso tempo, trata-se, a princípio, de um perfil pouco promissor para o ideal estabelecido pelo Projeto Acadêmico Pedagógico do Curso de Comunicação Social, ora em discussão:

(O curso) “... tem como objetivo central formar no comunicador social uma consciência crítica que o torne sujeito do processo de aprendizagem, capaz de compreender os espaços histórico, social, cultural, econômico, ideológico e político nos quais intervirá como agente do processo comunicacional.”

É verdade que há um tempo a ser percorrido para que se atinja esse ponto estabelecido acima. Um perfil na entrada, um no meio e um outro na saída. Mas, a grande distância entre uma realidade de entrada e o ideal colocado para a saída parece indicar dificuldades no percurso.

Se partirmos da concepção de que a subjetividade se molda num contexto sócio-histórico determinado, estaríamos vivendo, na sala de aula, ao vivo e a cores, os impasses do nosso tempo. Gilles Deleuze,

filósofo francês contemporâneo, num pequeno texto de 1990, “Sobre as sociedades de controle”, nos inspira a pensar esse contexto: uma época de produções farmacológicas extraordinárias, modificações genéticas, formações nucleares, participação nos lucros da empresa, senhas de acesso, chips implantados nos corpos, vírus e pirataria, capitalismo pós-industrial que visa o impensável “custo-zero” na produção, mercado de ações, formação contínua, endividamento, seguro-desemprego, tempo escasso, dissipação das fronteiras e etc., convida à configuração subjetiva, calcada na insegurança, na competitividade e na técnica. (DELEUZE, 1992, p. 220).

Como nos diz Ferreira Neto, embora Deleuze não mencione explicitamente a expressão “subjetividade”, há uma investigação que aponta para novos modos de subjetivação, os quais indicam uma modelagem do homem “em contínuo processo de mudança, numa relação consigo e com os outros, marcada por uma perspectiva gerencial. É um homem encantado mais pela imagem que pelas palavras, submetido menos pelas regras que pelo marketing”. (FERREIRA NETO, 2000, p.106).

Grande parte das correntes teóricas da psicologia e mesmo da filosofia mantêm uma tradição de se pensar a subjetividade como categoria pessoal e individual que diz respeito ao sujeito e somente a ele, mantendo, inclusive, características de incomunicabilidade e inacessibilidade a outrem (DORSCH, 2001). Propomos aqui a referência sócio-histórica para se pensar a produção da subjetividade e que inclui como seus agentes ativos “elementos variados do campo social, que além da família, envolve os meios de comunicação de massa, a publicidade, a organização das cidades, as alterações e novas exigências do mundo do trabalho, a presença de variados recursos tecnológicos no cotidiano, entre outros”. (FERREIRA NETO 2000: p.107) A forma como pensamos e sentimos o estar no mundo não se dá a partir de uma imanência natural de “ser humano”, mas deve ser entendida como produtos engendrados pelas condições de possibilidade de uma época.

Podem-se incluir também, como agentes de produção da subjetividade, os cursos universitários e toda a intrusão (resignadamente autorizada) que o MEC faz atualmente no delineamento dos cursos superiores no Brasil, revela, no nosso caso, a delicada trilha sobre o fio da navalha. A total adesão do país ao ideário neo-liberal encontra no campo da regulação operada pelo Ministério da Educação e Cultura um horizonte de formação que visa fundamentalmente o encontro do aluno com o saber técnico que visa prioritariamente a prosperidade.

Cito Paulo Freire:

“A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou virar ‘quase natural’”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O de que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência” (FREIRE, 1996, p.22 – grifo adicionado)

Diante deste cenário podemos então concluir que o espírito do Projeto Acadêmico Pedagógico do Curso de Comunicação Social da FUMEC parece indicar uma perspectiva contra-hegemônica, produtora de mal-estar e estranhamento nos alunos, que traduzem, em muitos casos, esse mal-estar como resistência explícita.

“Falar em formar comunicador social crítico...” implica desde já a adoção de uma atitude oposta à razão instrumental dominante que, na melhor das hipóteses, fratura o saber e, por isso mesmo, o inviabiliza enquanto instrumento da construção da humanidade dos homens, no seu sentido ético social”. (Projeto Acadêmico Pedagógico, 2002).

A idéia-chave que costura todo o projeto pedagógico é a formação do comunicador social crítico. É na relação do instrumental e do teórico que se revela o conflito de projetos de sociedade e de homem e promove ressonâncias que parecem circunscrever os grandes impasses.

“Por quê críticos? Em primeiro lugar, pela elementar e inarredável razão de que a uma universidade que se pretenda digna deste nome não cabe formar técnicos... Instrumentalizar significa converter o ensino em simples ato mecânico do mero aprender a fazer” (Projeto Acadêmico Pedagógico, 2002).

É necessário precisar o que se pretende com esse eixo. Vamos à definição do dicionário para experimentarmos o seu poder de esclarecimento em relação ao significado das palavras:

“Crítico: que pertence ou tem relação com a crítica// espírito crítico, pessoa de fina observação e juízo atilado que examina as questões com critérios; ou que é propensa a censurar, a achar defeitos nas coisas alheias// livre exame das doutrinas e instituições...” (Caldas Aulete, 1964).

Não há grandes novidades, mas nos aproximemos da última acepção, ressaltando que encontrar defeitos nas coisas alheias não pode ser considerado mero diletantismo. A dimensão do exame “livre” na verdade coloca um problema. Não há a rigor possibilidade de liberdade no exame de doutrinas ou de instituições, somente é possível exercer o juízo a partir de uma referência que foi construída por injunções sócio-históricas que vão configurar a um sujeito inserido num determinado contexto as condições de possibilidade para a constituição de uma subjetividade determinada e não mais livre.

Esse tipo de posição pode incitar a comentários e possíveis objeções que apontem para uma amenização da contradição que se pretende evidenciar. Mas, não há alternativa. É preciso tomar partido! O Projeto Pedagógico não deve, portanto, ser tomado como mera etapa burocrática para o cumprimento das exigências do MEC, mas como direção decidida que merece detalhamento das suas estratégias. Nesse sentido o trabalho de “ensinagem”, posto que ativo, tal qual a aprendizagem, já consensuada como processo em construção, deve encontrar a direção que o coloque no rumo que transcenda a rebeldia alienada. Uma perspectiva crítica de formação que convide o professor a se posicionar em relação às possibilidades de construção de uma sociedade nova, que se traduza nas práticas de ensino.

Como nos diz Deleuze: “O que conta é que estamos no início de alguma coisa”. (DELEUZE, 1992, p. 225).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDAS Aulete. *Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- FERREIRA NETO, João Leite. *Subjetividades contemporâneas: algumas contribuições de Deleuze*. Plural. Belo Horizonte, n. 13, março de 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas. *Projeto Acadêmico Pedagógico, versão preliminar*, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 19ª ed.
- DORSCH, Friederich, HACKER, Hartmunt, STAPF, Kurt-Herman. *Dicionário de Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FUMEC. *Projeto Pedagógico*. Belo Horizonte, 2000.

NOTAS

- ¹ Termo que pode ser entendido a partir da noção de “aprendizagem” colocada como processo em construção.
- ² Material gentilmente cedido pela Profa. Thais Estevanato (com os alunos do 4º período de Publicidade e Propaganda) a quem agradeço também pela interlocução sobre o tema.

